

COOPERATIVAS DE PLATAFORMA E OS ENTREGADORES POR BICICLETA: uma economia de entrega alternativa viável?

ANA CAROLINE RAMOS ROCHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

DÉBORA COUTINHO PASCHOAL DOURADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à orgão de fomento:

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, também, aos integrante do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE sob a coordenação da professora doutora Débora Coutinho Paschoal Dourado pelas discussões e estudos coletivos que contribuíram para realização dessa pesquisa.

COOPERATIVAS DE PLATAFORMA E OS ENTREGADORES POR BICICLETA: uma economia de entrega alternativa viável?

1 Introdução

O enfrentamento de uma crise pela população mundial ainda é muito nítido, mesmo após o cenário de perda de vidas decorrente da proliferação do vírus da Covid- 19, nos anos de 2020 e 2021 (Nações Unidas Brasil, 2024).

Conforme consta do relatório da Situação Econômica Mundial e Perspectivas para 2024 das Nações Unidas, o crescimento econômico global deve ser menor em 2024; a estimativa era de 2,7% (dois vírgula sete por cento) em 2023 e 2,4% (dois vírgula quatro por cento) em 2024 (United Nations, 2024).

A digitalização nas empresas possibilitou o surgimento de aplicativos (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2024a), programas produzidos pelas empresas de tecnologia para intermediar as relações comerciais com o uso da tecnologia, que se tornaram a opção de trabalho “fácil” e de rápido acesso para muitas pessoas em situação de desemprego. A título de exemplo, no Brasil, em 2022, havia 1,5 milhão de pessoas trabalhando por meio de aplicativos (Belandi, 2023).

O trabalho por aplicativo evidencia a ênfase de uma economia centrada nos serviços decorrente do declínio da atividade nas indústrias, ou seja, a indústria dos serviços (Machado, 2019). Atraídos pelas facilidades da tecnologia digital, os trabalhadores são movidos a se colocarem disponíveis *on line* por meio dos aplicativos, a fim de enfrentarem o desemprego e obterem maiores valores sob a ideia de uma “autonomia financeira” e do tornar-se “empreendedor de si” (Antunes, 2020).

Entretanto, outra forma de trabalho alternativa surgiu a partir de 2014 para contestar a exploração do trabalhador pelas empresas de plataforma (Scholz, 2016). A criação de cooperativas de plataforma mostra-se como uma alternativa de organização de trabalho digital pelo fornecimento de maior estabilidade de trabalho e renda pela oportunidade de planejar, organizar e controlar o trabalho pelos trabalhadores (Grohmann, 2022).

No âmbito internacional, os estudos abordam as cooperativas de plataforma como empreendimentos econômicos digitais, que focalizam a gestão democrática dos trabalhadores para enfrentar a incerteza do valor da renda e a falta de proteção social do Estado (Charles, Ferreras, & Lamine, 2020).

No Brasil, os estudos enfatizam os aspectos do trabalho em cooperativas de plataforma a partir dos princípios do trabalho decente do projeto Fairwork Brasil (Salvagni, Silva, Grohmann, & Cruz, 2021), assim como o conceito do Cooperativismo de plataforma e as perspectivas do trabalho decente, definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Gabriel, 2021).

Neste contexto, pesquisas sobre a emergência do modelo de cooperativas de plataforma de entrega no Brasil se revelam importantes para se compreender como essas organizações mobilizam o trabalho, as pessoas, os processos de produção e de logística com o objetivo de reverter a lógica econômica de instabilidade na geração de trabalhos com baixos salários (Moura, 2024).

Neste trabalho, parte-se do seguinte problema de pesquisa: Como as condições de trabalho e de renda são mobilizadas para criar uma economia de entrega sustentável na cooperativa? Assim, tem-se como objetivo analisar as condições de trabalho e renda na economia de entrega que podem conduzir a sustentabilidade através da percepção dos entregadores ciclistas de uma cooperativa de entrega.

Neste sentido, justifica-se este estudo na medida em que tem potencial de contribuir teoricamente para a produção do conhecimento sobre o Cooperativismo de plataforma no

Brasil, porque a compreensão sobre o organizar e as subjetividades dos membros de cooperativas se torna importante, por sua vez, para o entendimento do fator humano no processo decisório sobre o trabalho e para o avanço dos estudos na área da Administração no contexto da plataformização do trabalho.

Além disso, a reflexão contribui para prática da organização do trabalho por plataforma pelos trabalhadores que precisa ser mais desenvolvida com qualidade e sustentabilidade, a fim de se obter uma diferenciação em relação ao trabalho por aplicativo (Moura, 2024). Ademais, convém ressaltar que o estudo foi realizado considerando-se as lacunas acerca do entendimento das subjetividades dos membros de cooperativas de plataforma, já apontadas na literatura sobre Cooperativismo de plataforma (Gabriel, 2021, Grohmann, 2022, Zanatta, 2022).

2 As cooperativas de plataforma e a propriedade coletiva

As cooperativas de plataforma são organizações sociais atuantes na economia digital como formas alternativas de organização do trabalho e de resistência à hegemonia do modelo das plataformas digitais (Scholz, 2016). A partir do ano 2014, essas organizações sociais despontaram no cenário da economia de plataforma mundial com as influências do movimento do Cooperativismo de plataforma, termo criado por Trebor Scholz, professor da The New School (EUA), através do artigo seminal *Platform Cooperativism vs. the Sharing Economy* (Scholz, 2014).

O Cooperativismo de plataforma diz respeito a um movimento crítico digital com origens que remontam às discussões acadêmicas entre o professor Trebor Scholz e os estudantes da The New School, inicialmente, e os coletivos e cooperativas, posteriormente, que suscitaram eventos de discussão acerca da criação de modelos alternativos de propriedade da internet (Scholz, 2014) que possibilitassem melhores condições de trabalho e de renda aos trabalhadores, alvos constantes da exploração do tempo de trabalho com baixos salários pagos pelas plataformas digitais.

Scholz (2016, p. 11) conceitua as cooperativas de plataforma como “plataformas de cooperativismo de propriedade coletiva, possuídas pelas pessoas que geram a maioria do valor nessas plataformas, e que podem revigorar essa mentalidade pública inicial”. A ideia base é a criação de uma nova forma de organização social e econômica digital que beneficie mais as pessoas, e não apenas empresas; desse modo, as cooperativas de plataforma contrapõem-se às empresas de plataformas.

A cooperativa SMart, com sede na Bélgica e atuação em toda Europa, foi fundada em 1998, inicialmente como organização sem fins lucrativos, depois, em 2017, passou a ser uma cooperativa de trabalho com o objetivo principal de reunir os trabalhadores *freelancers* artísticos para prover autonomia no trabalho e acesso aos benefícios e direitos da previdência social fornecidos pelas leis do governo belga (Charles et al., 2020).

As cooperativas de plataforma passaram a serem criadas a partir dos acontecimentos de greves e paralisações de trabalhadores por aplicativo no mundo (Grohmann, 2022).

Além disso, os trabalhadores protestaram pelo aumento do valor mínimo por entrega (média de R\$ 5,00 por entrega naquela época), vale-refeição, seguro de vida, fim dos bloqueios dos aplicativos e equipamentos de proteção (Oliveira, 2020).

Dentre os problemas gerados com a organização do trabalho nas plataformas digitais, o gerenciamento por algoritmo é um formato de gestão que permite um total controle do trabalho pela tecnologia e empresários (Van Dijck, 2021).

3 A organização coletiva para gerar renda digna

O trabalho dos entregadores ciclistas em cooperativas de plataforma revela-se como

uma forma alternativa de obter uma renda estável (Charles et al., 2020). A perspectiva de obter a estabilidade está na possibilidade de reduzir a incerteza dos valores da renda mensal pagos pelo aplicativo que dependem ainda de fatores, como horário, localidade e disponibilidade *on line* dos trabalhadores (Cañada, Izcarra, & Zapata Campos, 2023).

A ideia da estabilidade da renda é gerada com as atividades de entrega sendo influenciadas pela organização coletiva de trabalho, de maneira que cada desempenho individual interfere no desempenho coletivo em certo período (semana, mês); ademais, esse compartilhamento de desempenhos do trabalho colabora para a geração da renda digna aos trabalhadores entregadores na cooperativa (Scholz, 2016).

Os elementos essenciais do conceito de renda digna são a segurança e a estabilidade (Cañada et al., 2023). A segurança está associada à oportunidade do acesso ao trabalho na cooperativa para pessoas que estão em situação de desemprego, grupos marginalizados (imigrantes, pessoas LGBTQIA+, mulheres) ou mesmo pessoas na economia informal sem a mínima condição de adentrar no mercado de trabalho formal nas empresas. E a estabilidade refere-se à ausência de variação nos valores ganhos nos trabalhos no mês, devido à dinâmica de maior proteção dada aos entregadores pela organização coletiva (Scholz, 2016).

A organização coletiva do trabalho impede que as responsabilidades sejam individualizadas, assim, há o compartilhamento do benefício financeiro entre todos sem distinções de recebimento de valor por desempenhos individualizados e criando tendência para uma renda mensal fixa (Battilana, Yen, Ferreras, & Ramarajan, 2022). O cálculo da renda na cooperativa leva a geração de uma renda estável para o entregador, a fim de cobrir despesas necessárias com necessidades básicas de sobrevivência humana e necessidade sociais como o lazer, moradia e a educação.

A ideia da renda estável possui potencial positivo para resolver muitos problemas decorrentes de uma má remuneração praticada pelos aplicativos (Battilana et al., 2022). A renda mais estável seria uma saída para romper com a lógica de instabilidade do ganho de cada entregador, uma lógica reforçada pela flexibilidade da forma de trabalho por aplicativo, que cria a racionalidade neoliberal do empreendedor de si para poder divulgar a ideia do trabalho sem chefe, com flexibilidade para obter níveis de renda maiores que o valor do salário-mínimo.

4 Uma economia de entrega alternativa e sustentável

O modelo de negócio das cooperativas de plataforma busca desenvolver outra concepção de trabalho (Scholz, 2014). O foco na extração de valor do trabalho praticado pelas plataformas digitais, visualizado na dinâmica de estímulo ao “empreendedor de si” para maximizar os lucros das empresas não é mantido nas cooperativas de plataforma.

A criação de cooperativas de plataforma no mundo tem o propósito de gerar resistência à exploração do trabalho nas plataformas por meio de formas de trabalho coletivo que gerem maior sustentabilidade de condições de trabalho e autonomia para os trabalhadores (Scholz, 2016).

Brunoro (2013) defende que o termo sustentabilidade surge com o trabalho de Carlowitz, em 1713, com foco no movimento ambientalista. O trabalho de Carlowitz trata da mudança de formas de produção e consumo devido à limitação dos recursos naturais disponíveis ao uso pelo homem diante do avanço do crescimento da economia de determinada região.

Savitz e Weber (2007, p. 123), por seu turno, elaboraram o conceito de sustentabilidade, associando-o com a ideia de interdependência entre fatores:

Sustentabilidade é a interdependência dos seres vivos entre si e a relação ao meio ambiente, ainda é a aceitação da interdependência de diferentes aspectos

da existência humana. Crescimento econômico e sucesso financeiro são importantes e geram benefícios significativos para as pessoas e para a sociedade como um todo. Mas outros valores humanos também são fundamentais, inclusive vida familiar, crescimento intelectual, expressão artística e desenvolvimento moral e espiritual.

Os estudos sobre o conceito de Sustentabilidade são aprofundados a partir da discussão da temática do Desenvolvimento Sustentável. A Conferência de Estocolmo (*United Nations Conference on the Human Environment*), em 1972, segundo o que Brunoro (2013) apresenta, possibilitou mais destaque a essa discussão, devido à constatação de a situação de degradação do meio ambiente ter ganhado proporção em nível global, o que contribuiu para um envolvimento de maior número de nações para encontrar saídas globais para o problema.

E, nos anos 1987, o conceito de Desenvolvimento Sustentável surge a partir do relatório da Comissão Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentando a ideia de um tipo de desenvolvimento que prioriza satisfazer às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de terem suas necessidades também atendidas (Nações Unidas Brasil, 2020).

No ano de 2015, a ONU elaborou os 17 (dezesete) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como plano global dos 193 (cento e noventa e três) países que formam a Organização para praticar ações para um planeta sustentável até 2030 (Nações Unidas Brasil, 2024).

No âmbito de cooperativas de entrega de alimentos por bicicleta, os impactos causados pela atividade de entrega na sociedade e no ambiente são suavizados ou mesmo menores em relação aos impactos causados com as entregas de alimentos pelos entregadores de aplicativos que utilizam motos como veículo de transporte (Cañada et al., 2023).

A atividade de entrega de bicicleta representa a forma de entrega mais adequada e recomendada para a preservação do meio ambiente (Fochesato, 2022), uma vez que incentiva a redução das emissões de gases poluentes no ar seja nas cidades ou nas áreas rurais, diminuindo a proliferação do gás CO₂, que causa o efeito estufa na atmosfera, gerando o aumento frequente da temperatura.

5 Procedimentos metodológicos

A partir do objetivo geral de analisar as condições de trabalho e renda na economia de entrega que podem conduzir à sustentabilidade através da opinião dos entregadores ciclistas de uma cooperativa de entrega, o estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa qualitativa básica (Merriam, 2009).

Esta pesquisa possui dimensões exploratória e descritiva, conforme explicado por Gil (2017), devido à busca por mais aproximação com a questão de pesquisa: Como as condições de trabalho e de renda são mobilizados para gerar uma economia sustentável na cooperativa? Ressalta-se que a dimensão descritiva da pesquisa está relacionada à descrição das características dos participantes da pesquisa para melhor compreensão do lócus de investigação.

A coleta de dados foi realizada a partir da autorização do projeto de pesquisa com o roteiro de entrevista, por meio do Parecer do Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), CAAE nº 76658823.5.0000.5208.

A pesquisa teve abordagem qualitativa com base no conceito de Creswell (2014), por meio da qual se busca a real compreensão do problema de pesquisa investigado no contexto natural de ocorrência das situações-desafio para os participantes da pesquisa. Aproximou-se de uma perspectiva etnográfica, na medida em que a pesquisadora passou a participar como

membro “nativo” das atividades de entrega, diariamente, junto com os entregadores ciclistas, favorecendo o conhecimento das crenças, costumes, comportamentos e a cultura do trabalho praticados na cooperativa.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: a) observação participante, por meio da atuação da pesquisadora como trabalhadora voluntária, desenvolvendo a rotina diária das atividades de entrega na sede da cooperativa pelo período de 1 (um) mês, de 26 de fevereiro a 26 de março 2024, com possibilidade de observar o processo produtivo de entrega e as condições de trabalho; b) entrevistas abertas, realizadas com 11 (onze) cooperados, após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O lócus da pesquisa foi uma cooperativa de entrega de comida congelada, localizada no bairro de Pinheiros, zona oeste da cidade de São Paulo-SP. A escolha da cooperativa seguiu critérios pertinentes ao objetivo do estudo, como: a) representa uma alternativa de governança de plataforma que gera trabalho e renda mais estáveis aos entregadores por bicicleta; e b) um exemplo revelador de cooperativa de plataforma que gera uma economia de entrega para a sustentabilidade, no sentido de transição para outra economia de entrega. A cooperativa foi criada no final de 2016, com formalização em 2017, possui 12 (doze) trabalhadores que atuam na função de entregadores ciclistas ou *bike couriers*. Ressalta-se que, dos 12 (doze) cooperados, apenas 1 (um) preferiu não participar da pesquisa. Na tabela 1, a seguir, demonstram-se as características socioeconômicas dos participantes.

Tabela 1. Informações socioeconômicas dos participantes de pesquisas

Nome	Ano de admissão	Idade /Natural	Escolaridade	Condição do domicílio	Qual é a sua renda média?
E1	2017	30 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E2	2021	29 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E3	2020	32 anos/Bahia	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E4	2018	38 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E5	2019	30 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E6	2023	29 anos/São Paulo	Ensino Superior	Aluguel	R\$ 2.000
E7	2017	30 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E8	2023	32 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E9	2023	29 anos/São Paulo	Ensino superior incompleto	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
E10	2021	30 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800

E11	2021	30 anos/São Paulo	Ensino Médio completo	Aluguel	R\$ 1.200 a R\$ 1.800
-----	------	-------------------	-----------------------	---------	-----------------------

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas entrevistas, 2024.

A análise de dados foi feita por meio da técnica da análise temática de conteúdo, conceituada em 1977, na obra *Analyse de Contenu*, por Bardin (2011), como método de análise de comunicação, visando-se obter padrões quantitativos ou não que gerem inferências de conhecimentos na comunicação. A análise temática possibilitou a interpretação crítica do conteúdo das mensagens transcritas das entrevistas com os participantes de pesquisa.

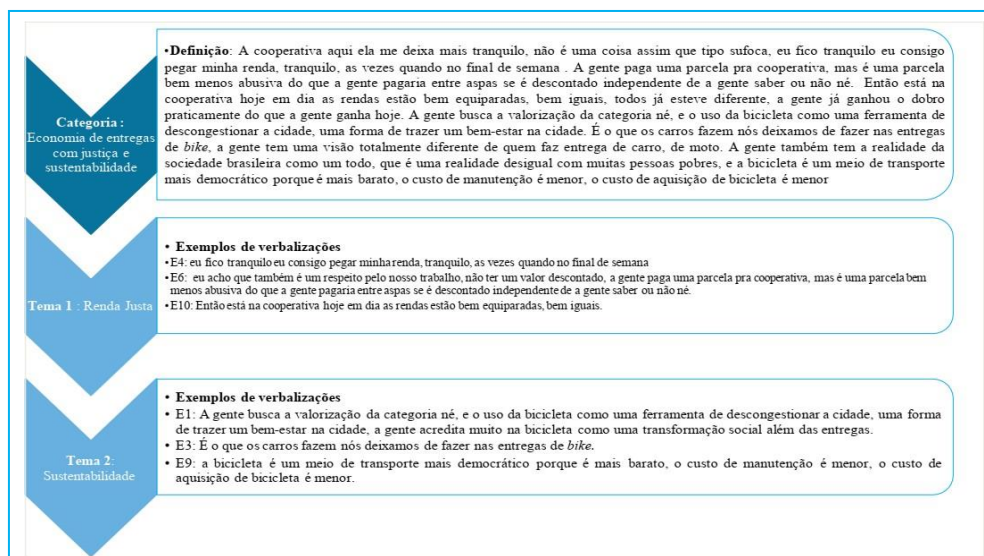
A primeira etapa é chamada de pré-análise. Nessa etapa, as atividades envolvem a organização e a leitura flutuante de todos os documentos a serem submetidos à análise, segundo o que é explicado por Bardin (2011). No caso deste estudo, as transcrições das entrevistas foram os documentos escolhidos, e o conjunto dos documentos formam o *corpus* da pesquisa. Nessa etapa, foram observadas ainda as seguintes regras: exaustividade (realizar leituras para esgotar a compreensão da totalidade da comunicação); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados referem-se ao mesmo tema); pertinência (os documentos são adaptados ao conteúdo e objetivo da pesquisa); e exclusividade (um elemento deve ser classificado em apenas uma categoria).

A segunda etapa consistiu na exploração do material. Nessa etapa, foram realizadas as atividades de codificação (a escolha da unidade de registro, que foi o recorte por meio de trechos ou parágrafos das transcrições das entrevistas; a classificação e agregação de unidades de registros por terem características comuns); a classificação (a organização através do agrupamento por temas); e a categorização (reunião de informações a partir dos temas esquematizados de forma a expressarem a categoria).

Assim, após a escolha das unidades de codificação (parágrafos ou trechos das transcrições de entrevistas), foi feita a classificação das unidades em blocos (temas) que expressassem a categoria com base em Bardin (2011). Dessa maneira, a análise foi feita como num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa.

Após a elaboração da categoria, foi necessário elaborar também sua definição, a qual foi elaborada com base nas verbalizações relativas aos temas, conferindo-se atenção total à integralidade das falas dos entrevistados, conforme prescrito por Bardin (2011). Convém ressaltar que a categoria foi elaborada *a posteriori*, ou seja, após a coleta de dados. Na figura 1, a seguir, demonstra-se um exemplo de como foi realizada esta etapa de codificação.

Figura 1. Exemplo de categorização e codificação realizadas



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

A terceira etapa do método foi o tratamento dos resultados, envolvendo a inferência e a interpretação. A inferência foi realizada a partir de um movimento indutivo de análise dos trechos das transcrições selecionadas, tendo como base o roteiro de entrevista e a questão de pesquisa. E, a interpretação foi realizada a partir da análise dos temas elaborados e trechos selecionados, a fim de se identificarem conceitos criados a partir da linguagem dos participantes, num movimento de comparação para surgir um conceito que agrupasse os temas.

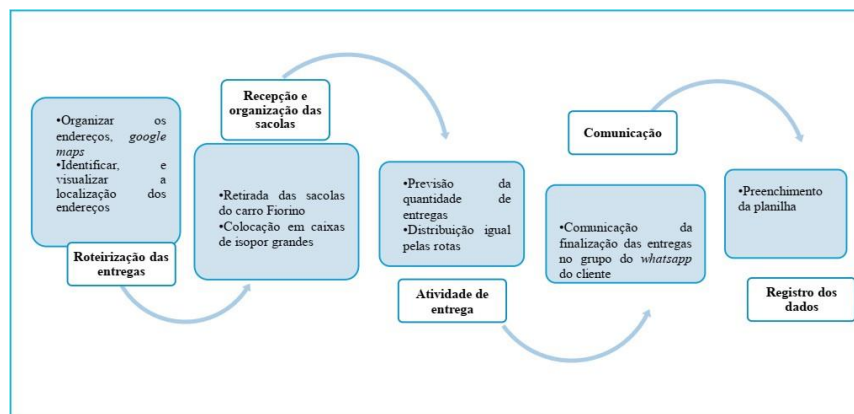
6 Análise dos Resultados

A cooperativa desenvolve serviços de entrega de comida por bicicleta para restaurantes por meio de contratos pactuados com clientes na cidade de São Paulo-SP. A atividade de entrega por bicicleta na cooperativa apresenta 2 (dois) fatores de caracterização. O primeiro diz respeito à autogestão dos entregadores ciclistas para planejar, organizar e controlar o trabalho e a renda de modo alternativo às plataformas digitais. Os entregadores decidem coletivamente criar critérios de qualidade, como: o diálogo com os clientes para definição de aspectos do serviço, o *feedback* dos clientes, a comunicação objetiva entre os entregadores sobre falhas ou confirmação do serviço e o uso da tecnologia para comunicação mais ágil com clientes e entregadores.

A segunda caracterização é a sustentabilidade na produção do serviço de entrega. O fluxo de produção (atividade de entrega) caracteriza-se pela participação de cada entregador na escolha do percurso adequado para realizar a entrega ao cliente, na escolha de um instrumento de trabalho (bicicleta) que reduz os impactos ambientais, também na escolha do transporte por bicicleta de comidas congeladas que são mais sustentáveis para o consumo.

O fluxo possui 5 (cinco) etapas organizadas nos turnos matutino e vespertino do dia, envolvendo as principais atividades: I - a roteirização das entregas; II - a recepção, retirada e organização das sacolas para as entregas nas localizações exatas e informadas pelo cliente; III - a realização das atividades de entrega por bicicleta; IV - a comunicação pelos cooperados na plataforma para o cliente; e V - o registro dos dados e o preenchimento da planilha de acompanhamento das quantidades de entregas realizadas. Na figura 2, a seguir, apresenta-se o fluxo de operação da atividade de entrega.

Figura 2. Fluxo de operação da atividade de entrega na cooperativa



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Os entregadores decidem quais solicitações dos clientes irão atender, como ocorrerá o cálculo de renda, a distribuição da renda entre os cooperados, quais são as rotas de percurso de entrega e como os clientes terão acesso ao consumo (ou retiradas na cooperativa ou entregas na residência de clientes); assim, o entregador ocupa papel de centralidade na decisão do fluxo de produção.

A realidade de luta contra relações de exploração do trabalho de entrega por bicicleta motiva os entregadores a buscarem a propriedade coletiva da plataforma (Scholz, 2016). Quando perguntados sobre qual a razão para fundarem e serem um membro da cooperativa de entrega por bicicleta em São Paulo-SP, as opiniões revelam que os cooperados possuem a percepção de que a propriedade coletiva possibilita a posse coletiva de bens, de recursos e do próprio trabalho, criando relações de trabalho mais justas para os trabalhadores, relações sem hierarquia, conforme se pode depreender dos seguintes depoimentos:

... a gente conheceu um militante da economia solidária o M, e aí ele ouviu nossa história, viu que a gente estava querendo se organizar pra criar algo que fosse nosso, que realmente a gente sentisse parte, se sentisse dono, e aí foi ele que apresentou pra gente o modelo de negócio de cooperativa (Entrevistado 1).

... todo mundo faz a mesma coisa, porque no trabalho registrado você fica submisso a um chefe, a um, acho que um coordenador, alguma coisa parecida e aqui não, aqui todo mundo faz a mesma coisa, aqui nós não temos chefe... (Entrevistado 3).

Outros enfatizaram que a propriedade coletiva é uma espécie de prática compartilhada de usos e responsabilidades, que possibilita utilizar ou dividir os bens, os espaços com todos os cooperados, a exemplo do que se pode perceber no excerto de fala a seguir.

Acho que outra coisa é a divisão das coisas, a coletividade assim, o que é assim, o que é da cooperativa é um bem público, um bem comum, melhor dizendo, e todo mundo tem direito ao uso ou responsabilidade de uso, de dividir assim as coisas né, dividir a bike, dividir o capacete, dividir o lanche, dividir a comida, então isso também é um dos valores que fazem parte assim do dia a dia da cooperativa né ... (Entrevistado 6).

A expressão “cooperativa é um bem público, um bem comum” coloca em destaque a

concepção de bens comuns ou o comum conforme visto em Chatterton e Pusey (2020), que abordam o comum e seu conceito como uma forma de propriedade coletiva e de reprodução social que cria formas alternativas de propriedade ao modelo de propriedade privada capitalista, por meio da autogestão de bens e espaços sociais.

Houve, também, quem escolheu dar destaque ao valor da igualdade social como aspecto essencial para justificar a opção pela fundação da cooperativa de entrega por bicicleta, como se vê no trecho a seguir.

Cheguei agora e já tem uma estrutura formada, não participei muito dessa estruturação, mas é uma coisa que a gente lida super bem, e é natural, nós todos temos o mesmo valor na cooperativa ... (Entrevistado 8).

A ideia da igualdade do valor de cada membro na cooperativa também apresenta o reforço do objetivo geral de se criar uma cooperativa como bem comum, valendo-se de formas alternativas de criação de valor organizadas por uma coletividade. Chatterton e Pusey (2020) explicam que a propriedade coletiva gera uma conscientização de igualdade de responsabilidades, direitos e obrigações, reforçando de certa maneira o compartilhamento dos benefícios econômicos e sociais gerados para todos os cooperados.

A percepção de geração de uma renda mensal melhor como entregador ciclista na cooperativa para alguns está baseada na diferenciação da atividade de entrega realizada, que se caracteriza pela economia solidária, a justa distribuição de renda e a valorização do entregador, conforme se pode visualizar neste depoimento:

A gente já tem um valor fechado com cada cliente, elabora o custo que vai ser da nossa entrega, do nosso serviço e fecha um acordo com o cliente e aí esse valor é repassado, a maior parte é repassado para o ciclista e 25% é recolhido pra cooperativa, para pagamento do aluguel, pagamento da internet, conta de água, conta de luz, o imposto sobre serviços, contador e mais insumos para a base, ou seja, esse dinheiro que é recolhido, ele é pra manter a própria cooperativa e não é para o lucro, e aí o repasse é feito uma vez por mês conforme a gente recebe os pagamentos dos clientes, esse valor é repassado pra conta da cooperativa e aí assim que a cooperativa recebe esse valor, a gente tem um dia para repassaraos cooperados, um dia no mês já definido entre todos os cooperados que é o dia 15 ... (Entrevistado 1).

Na expressão “a maior parte é repassado para o ciclista e 25% é recolhido para cooperativa”, observa-se que o propósito da escolha da forma jurídica da cooperativa é enfrentar o impacto da informalização do vínculo de trabalho de entrega por aplicativo que fragiliza a renda dessa categoria de trabalhadores e exerce influência para obtenção de baixos valores de renda.

A escolha pelo repasse da maior parcela do ganho ao entregador ciclista configura a valorização do trabalhador com a oportunidade de gerar estabilidade no modelo de cooperativa de plataforma (Charles et al., 2020). A renda estável na cooperativa é gerada pela soma dos esforços individuais durante todo o mês que permite mais segurança na obtenção dos valores e a posterior distribuição de igual valor entre os cooperados.

Outros cooperados deram ênfase ao fato de que, como se trata de um trabalho de entrega realizado por meio do modelo de cooperativa de plataforma, existe a prática da justiça e do respeito, atribuindo-se a noção de renda digna e valorização do trabalho; por isso, não deve ter incidência de descontos que diminuam ainda mais a remuneração. O trecho a seguir apresenta um exemplo análogo ao significado de justiça social:

... eu acho que também é um respeito pelo nosso trabalho, não ter um valor descontado, a gente paga uma parcela pra cooperativa, mas é uma parcela bem menos abusiva do que a gente pagaria entre aspas se é descontado independente de a gente saber ou não né, o repasse do nosso trabalho é mais justo do que numa empresa comum, e isso são algumas coisas que eu me lembro (Entrevistado 6).

O depoimento do entrevistado 6 apresenta os fatores do conceito de renda digna apontados por Cañada et al. (2023): a segurança e a estabilidade. O cálculo da renda considera um percentual que incide sobre o valor de ganho, que possui a finalidade de compor o fundo gerado para o pagamento de despesas de manutenção da cooperativa (luz, água, aluguel, internet). Observa-se que essa forma de cálculo gera mais segurança e estabilidade da renda, porque não é influenciada pela aplicação de taxas e de valores desconhecidos pelos entregadores, comprometendo os ganhos gerados no mês.

Ademais, teve quem preferisse sinalizar para o fato de que a renda gerada na cooperativa é maior que a renda gerada na dinâmica capitalista nos aplicativos, justamente devido ao aspecto da forma de distribuição dos valores, ou seja, por este ser mais justo, conforme também se pode depreender dos seguintes relatos:

... eu acho que até nesse sentido né do mercado do serviço de ciclo entrega, a gente presta um serviço bom, o que é diferente em si é que a distribuição é feita de maneira justa, então ainda fica um pouco maior, só que lá fora as atividades de ciclo entrega capitalista mesmo, o repasse é muito abaixo mesmo, então é aquela questão da maisvalia, mas o repasse é muito baixo (Entrevistado 11).

Nota-se que há uma divisão entre as respostas dos cooperados: quando perguntados se por meio da atividade de entrega na cooperativa existem mais oportunidades de geração de renda para sair da condição de precarização de renda, alguns cooperados disseram acreditar na geração de ganhos com mais tranquilidade, sem a sensação de estarem nas atividades de entrega na cooperativa para complementar a renda ou uma atividade de bico, mas como principal fonte de renda para custear despesas de consumo, como demonstrado neste relato:

... porque tem pessoas que tipo quer dão um passo maior que a perna, o cara quer fazer cinco coisas ao mesmo tempo assim, tá em vários lugares né, a cooperativa aqui ela me deixa mais tranquilo, não é uma coisa assim que tipo sufoca, eu fico tranquilo eu consigo pegar minha renda, tranquilo, as vezes quando no final de semana quando eu faço minhas compras mesmo (Entrevistado 4).

Contudo, outros cooperados enfatizaram que a atividade de entrega na cooperativa não é a principal fonte de renda; existem outras fontes de renda para complementarem o ganho no final do mês, devido à situação atual de baixo número de clientes que em outros momentos, como se pode perceber no fragmento a seguir.

... então está na cooperativa hoje em dia as rendas estão bem equiparadas, bem iguais, todos já esteve diferente, agente já ganhou o dobro praticamente do que a gente ganha hoje, a gente tá correndo atrás porque a maioria quer ganhar mais e precisa, tem gente que quer só a cooperativa como fonte de renda (Entrevistado 10).

A “vantagem” de uma baixa remuneração está na possibilidade de uma equiparação de

renda, ou seja, o valor da renda obtido no final do mês é igual entre todos. Destaca-se aqui o argumento sustentado por Battilana et al. (2022) acerca da renda fixa como um valor previsível de ganho aos trabalhadores, mesmo na situação de informalidade do vínculo de trabalho.

Não obstante haver relatos que sinalizam vantagens do modelo de cooperativa de plataforma, observa-se que existe ainda a prevalência da condição de precarização da renda na cooperativa, considerando-se o baixo valor recebido pelos cooperados. Essa situação chama a atenção para a ideia de permanência do trabalho precário na atividade de entrega por não prover renda suficiente para cobrir despesas básicas a esses entregadores, apesar da estabilidade da renda e da oportunidade do trabalho com a redução da jornada de trabalho. Em outros termos, a condição de informalização do vínculo de trabalho propicia a condição de precarização do trabalho.

A atividade de entrega por bicicleta na cooperativa evidencia que outra economia é possível, uma economia de entrega comprometida com a relação entre trabalho, autogestão e regulamentação econômica. Alguns cooperados disseram que o serviço de entrega possui a qualidade diferenciada, porque existe um sentimento de pertencimento ao trabalho pelos entregadores. É o que se pode destacar do trecho a seguir.

... então o serviço vai ser prestado com excelência, com qualidade, é diferente de repente de uma pessoa que está fazendo entrega por aplicativo, às vezes, ela vai estar num dia ruim e ela não vai ter aquele cuidado com a entrega. Porque tipo “ah!”, depois se vira com o aplicativo (Entrevistado 1).

Também, as condições de trabalho apresentam-se com mais potencial de redução da precarização, por meio de uma infraestrutura física segura para o descanso no intervalo entre os turnos, a saúde do trabalhador com um ambiente de trabalho que reduz a fadiga e as dores, assim como uma reduzida jornada de trabalho, como se observa nos trechos das falas de alguns cooperados a seguir.

... na cooperativa já é organizado uma agenda de entregas assim a pessoa não precisa ficar longas jornadas de trabalho pra tirar uma renda mínima, acredito que uma das vantagens da cooperativa é essa (Entrevistado 1).

A gente assim não entende que a gente trabalha de forma precária, a gente tem até um certo conforto aqui, tipo assim, no caso a gente tem nossos clientes, as nossas entregas, a gente consegue realizar as nossas entregas, consegue voltar pra base, a gente tem acesso ao banheiro, a gente pode até tomar banho, a gente tem acesso a água do filtro, água filtrada, a gente tem lugar pra descansar aqui, então a gente está meio que na contramão da precarização geral que acontece nos aplicativos (Entrevistado 8).

Por outro lado, outros cooperados revelaram que o trabalho não é tão fácil como no aplicativo, a autogestão será desenvolvida pelo engajamento de todos para decidirem sobre as formas de realização de entregas, preços e uso da tecnologia, como visto neste excerto:

... porque é muito mais fácil você ir no aplicativo fazer entrega, e ganhar dinheiro do que numa cooperativa, na cooperativa você precisa entrar, você precisa se tornar membro, você tem que saber que você é sócio, você precisa saber que tem de cuidar de outras funções, se unir com o senso comum com os membros ... (Entrevistado 5).

A possibilidade de mudança social com a atividade de entrega pela cooperativa está na contribuição para reduzir as desigualdades sociais, econômicas e ambientais geradas pelos processos de produção e consumo em massa nos aplicativos (Antunes, 2020). Os cooperados

consideram como contribuições as práticas que podem reduzir as desigualdades ambientais. Primeiro, o uso da bicicleta como um instrumento que favorece o acesso ao trabalho de pessoas em situação de desemprego, e segundo, a atividade de entregar por bicicleta, a qual é feita por meio da utilização de um veículo que não apenas é mais adequado para entregas de pequenas distâncias, mas que também é um veículo de transporte não motorizado que polui menos e pode substituir o automóvel no trânsito, alterando os efeitos da crise climática mundial. A esse respeito, cabe demonstrar estes relatos:

A gente busca a valorização da categoria né, e o uso da bicicleta como uma ferramenta de descongestionar a cidade, uma forma de trazer um bem-estar na cidade, a gente acredita muito na bicicleta como uma transformação social além das entregas, ... (Entrevistado 1).

Eu nos vejo, nós, os ciclos entregadores mais como um impacto no meio ambiente. Entendeu? É o que os carros fazem nós deixamos de fazer nas entregas de bike, a gente tem uma visão totalmente diferente de quem faz entrega de carro, de moto, nós com a bike nós não consegue poluir o meio ambiente de bike, e a gente consegue fazer nossas entregas tranquilo também (Entrevistado 3).

Ao mesmo tempo, parte dos cooperados disse que a bicicleta pode ser o caminho mais acessível para mais pessoas aderirem à mobilidade sustentável nas cidades, um desafio atual para a transição energética no âmbito do setor de transporte, apesar do predomínio de meios de transporte público motorizado (ônibus, micro-ônibus, metrô, trens) nas cidades do Brasil, como a cidade de São Paulo-SP, o que implica alto custo de manutenção do sistema de transporte para o poder público (Ricardo & Mariutti, 2021) e também alto nível de consumo de combustíveis fósseis que geram a poluição do ar e problemas de saúde humana. Acerca dessa vantagem do uso da bicicleta, tem-se como exemplo o relato a seguir.

A gente também tem a realidade da sociedade brasileira como um todo, que é uma realidade desigual com muitas pessoas pobres, e a bicicleta é um meio de transporte mais democrático porque é mais barato, o custo de manutenção é menor, o custo de aquisição de bicicleta é menor, ... (Entrevistado 9).

A bicicleta, então, torna-se, além de um instrumento de trabalho, um veículo não motorizado que pode ser utilizado como meio de transporte mais barato para a população de periferia nas cidades, principalmente, de modo a garantir o direito ao transporte a tantas pessoas que não possuem condições financeiras para pagar passagem para uso do transporte público.

7 Considerações Finais

Neste artigo, evidencia-se, por meio dos depoimentos que fundamentaram este estudo, a dimensão da autonomia do trabalho que decorre do processo de autogestão em cooperativas de plataforma, conforme as ideias de Scholz (2016). Os cooperados podem decidir coletivamente como a atividade de entrega será realizada, nesse ponto, a autogestão experimentada propicia uma ressignificação da propriedade como discutido por Oliveira e Reis (2023), de modo que cada entregador exerce a participação crítica nas ações de planejar e controlar o trabalho; trata-se de uma propriedade adquirida pela participação ativa do trabalhador na organização do trabalho.

A renda na cooperativa possui característica variável por ter influência do número de contratos firmados com clientes. Na época da coleta de dados, a cooperativa possuía baixo número de clientes com influência no valor baixo da renda, mesmo com a estabilidade

propiciada pela propriedade coletiva.

Enfatiza-se que os entregadores na cooperativa demonstram uma percepção ingênua, pouco clara e contraditória sobre a geração de uma renda mensal digna. A escolha pela concessão da maior parcela dos ganhos ao próprio ciclista e a ausência de descontos incidentes no valor do trabalho são argumentos apresentados pelos cooperados para reforçar a prática da renda digna, mas a renda dos cooperados ainda possui aspecto precário pelo baixo valor obtido pelas entregas, o que tem sido motivo para os entregadores terem outros vínculos de trabalho informal.

Além da renda, as condições de trabalho na cooperativa revelam-se com mais particularidades para gerar segurança física do entregador, como também propiciam a manutenção da saúde do trabalhador, como a definição de um local fixo para a sede da cooperativa, a jornada de trabalho reduzida e os intervalos entre os turnos.

É importante destacar que a atividade de entrega por bicicleta na cooperativa contribui para a redução dos impactos negativos da digitalização, ou seja, reduz as desigualdades sociais, econômicas e ambientais criadas com o trabalho por aplicativo. Os entregadores ciclistas na cooperativa apontam para o fenômeno social das cooperativas de plataforma como formas de geração de trabalho para pessoas em situação de desemprego e para o uso da bicicleta como veículo para descarbonizar a cidade.

Em relação à criação de um modelo econômico cooperativo de plataforma sustentável, ainda não há um alinhamento consistente entre o processo produtivo, o trabalho e a renda que possibilite a saída da condição de precarização do trabalho pelos entregadores ciclistas; há a ocorrência de baixos salários obtidos no trabalho e poucas condições de gerar uma economia de escala nas entregas feitas devido à frágil estrutura de pessoal e infraestruturas física e tecnológica da cooperativa, limitando a ampliação dos serviços para outros bairros paulistas.

Assim, os desafios são muitos para as cooperativas permanecerem como alternativas às plataformas digitais. Logo, parecem muito relevantes esforços de pesquisa na área de administração sobre a emergência dessas organizações, em particular, no cenário brasileiro, para se entender como os processos de produção e de consumo criados coletivamente são organizados e podem influenciar a mudança da distribuição de riqueza e geração de trabalho e renda. Assim, o anúncio de alternativas pode ser um profícuo meio para se revelarem outras práticas de organização possíveis e sustentáveis.

Referências Bibliográficas

Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, SP: Boitempo.

Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). (2024a, fevereiro). *Governo recua e desiste de reconhecer entregadores de app como CLT, diz jornal*. ABET, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <http://abet-trabalho.org.br/governo-recua-e-desiste-de-reconhecer-entregadores-de-app-como-clt-diz-jornal/>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Battilana, J., Yen, J., Ferreras, I., & Ramarajan, L. (2022, March). Democratizing work: redistributing power in organizations for a democratic and sustainable future. *Organization Theory*, 3(1), 1-21. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/26317877221084714>

Belandi, C. (2023, outubro). Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais#:~:text=No%20%C2%BA%20trimestre%20de%202022%2C%20o%20Brasil%20tin%20ha%201%2C5,%2C2%20milh%C3%B5es%2C%20no%20per%C3%ADodo.>

Brunoro, C. M. (2013). *Trabalho e Sustentabilidade: contribuições da ergonomia da atividade e da psicodinâmica do trabalho* (Tese de Doutorado em Engenharia da Produção). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Recuperado de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/t_de-19092014-105026/pt-br.php

Cañada, E., Izcarra, C., & Zapata Campos, M. J. (2023, March). Putting Fairness into the Gig Economy: Delivery Cooperatives as Alternatives to Corporate Platforms. *Societies*, 13(3). Recuperado de <https://doi.org/10.3390/soc13030068>

Capozzi, A., Hayashi, G., & Chizzola, R. (2018). Economia Compartilhada. *Boletim de Inovação e Sustentabilidade*, Programa de Pós-graduação em Administração e Programa de Pós-graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1, 47 p. Recuperado de <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/bisus2018-vol1-economia-compartilhada.pdf>

Charles, J., Ferreras, I., & Lamine, A. (2020). A freelancers' cooperative as a case of democratic institutional experimentation for better work: a case study of SMART-Belgium. *Transfer*, 26(2), 157-174. Recuperado de: <https://doi.org/10.1177/1024258920919686>

Chatterton, P., & Pusey, A. (2020). Beyond capitalist enclosure, commodification and alienation: Postcapitalist praxis as commons, social production and useful doing. *Progress in Human Geography*, 44(1), 27-48. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0309132518821173>

Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso.

FairBNB.Coop. (2016). *Community powered tourism*. Fairbnb.coop. Recuperado de <https://fairbnb.coop/>

Fochesato, F. G. (2022). A experiência da ciclomobilidade feminina em São José dos Campos, Sp. In Callil, V., & Costanzo, D. (Org.). *Desafio: estudos de mobilidade por bicicleta 5* (pp. 47-85). São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Recuperado de <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2022/06/CEBRAP-ITAU- Estudos-de-mobilidade-5.pdf>

Gabriel, Y. F. P. (2021). Ressignificação do trabalho plataformizado como enfrentamento a precarização: mitigações e formas de resistência. In *Anais do 10º Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades (CONINTER)*, Programa de Pós-graduação de Sociologia e Direito, Niterói, RJ. Recuperado de <https://oa.mg/work/10.29327/154029.10-56>

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.

Giro Sustentável Entregas. (2024). O que move a giro sustentável? *Giro Sustentável Entregas*, São Paulo, SP. Recuperado de <http://www.girosustentavel.com.br/pg02.html>

Grohmann, R. (2022). Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. *Matrizes*, São Paulo, SP, 16(1), 209-233. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p209-233>

Machado, L. (2019, maio). Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. *BBC News Brasil*, São Paulo, SP. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>

Merriam, S. B. (2009). *Qualitative research: a guide to design and implementation*. San Francisco, CA, EUA: Jossey-Bass.

Moura, B. F. (2024, março). “Clientes nos confundem com garçons”, reclama entregador de aplicativo. Trabalhadores relatam rotina de agressões e ofensas. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/clientes-nos-confundem-com-garcons-reclama-entregador-de-aplicativo>

Nações Unidas Brasil. (2020, setembro). A ONU e o meio ambiente. *Nações Unidas Brasil*, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>.

Oliveira, J. (2020, julho). Entregadores de aplicativos fazem primeira grande paralisação da categoria no Brasil. *El País*, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-02/entregadores-de-aplicativos-fazem-primeira-grande-paralisacao-da-categoria-no-brasil.html>

Oliveira, T. C., & Reis, C. S. (2023, maio-agosto). Coletivos de entregadores como campo de resistência à precarização do trabalho mediado por plataformas digitais no contexto urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais (RBEO)*, Curitiba, PR, 10(2), 399-429. Recuperado de <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/567>

Ricardo, F. J., & Mariutti, F. G. (2021). Eficiência energética no setor de transporte coletivo: cenário do ônibus elétrico na América Latina. In *Anais de XXIII ENGEMA*, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Recuperado de <https://engemausp.submissao.com.br/23/anais/arquivos/334.pdf?v=1712198655>

Salvagni, J., Silva, V. M., Grohmann, R., & Cruz, D. A. (2021). Por trabalho decente no cooperativismo de plataforma. *Revista Ciências do Trabalho*, 20. Recuperado de <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/280>

Savitz, E.; Weber, E. (2007). *A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental*. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier.

Scholz, T. (2014, December). *Platform Cooperativism vs. the Sharing Economy*. Nova York: Medium. Recuperado de <https://medium.com/@trebors/platform-cooperativism-vs-the-sharing-economy-2ea737f1b5ad>

Scholz, T. (2016, June). Platformcooperativism: challenging the corporate sharing economy. *Fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai*, São Paulo, SP. Recuperado de <https://rosalux.org.br/en/platform-cooperativism/>

United Nations. (2024, January). *World Economic Situation and Prospects 2024*. New York, USA: United Nations. Recuperado de <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2024/>

Van Dijck, J. (2021, September). Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance. *New Media & Society*, Chicago (Illinois), 23(9), 2801-2819. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1461444820940293> <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/1461444820940293>

Zanatta, R. A. F. (2022). Cooperativismo de Plataforma no Brasil: Dualidades, Diálogos e Oportunidades. *Platform Cooperativism Consortium*, Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio (Apoio), Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de https://ia801401.us.archive.org/8/items/livro-cooperativismo-brasil-zanatta/Livro-Cooperativismo_ptbr%20%281%29.pdf